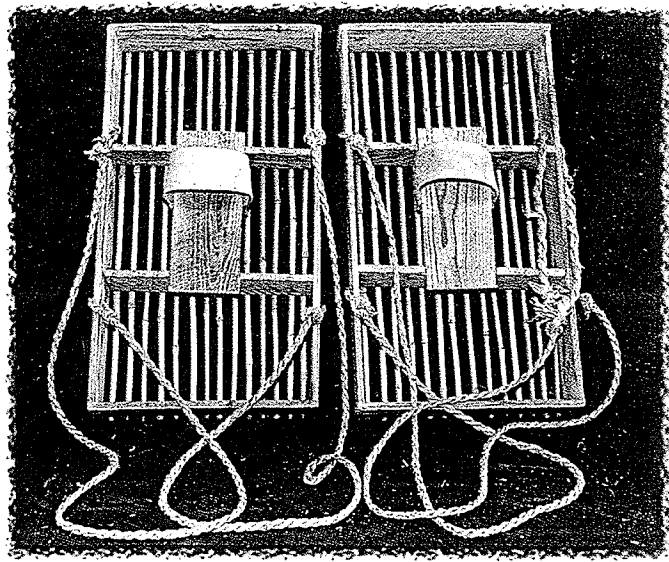


a cultura japonesa pré-industrial



ORGANIZADORA
NOBUE MYAZAKI

edusp

A CULTURA JAPONESA PRÉ-INDUSTRIAL
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Organizadora
NOBUE MYAZAKI

edusp

USP

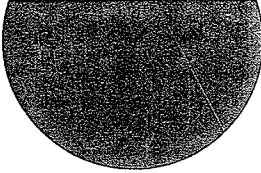
Reitor Jacques Marcovitch
Vice-reitor Adolpho José Melfi

edusp

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente Sergio Miceli Pessoa de Barros
Diretor Editorial Plinio Martins Filho
Editores-assistentes Heitor Ferraz
Rodrigo Lacerda

Comissão Editorial Sergio Miceli Pessoa de Barros (Presidente)
Davi Arrigucci Jr.
Hugo Aguirre Armelin
Oswaldo Paulo Forattini
Tupã Gomes Corrêa



A Cultura Japonesa Pré-industrial: Aspectos Socioeconômicos é uma obra de caráter interdisciplinar que reúne artigos sobre antropologia, economia e tecnologia, de autores japoneses e brasileiros, destinada principalmente àqueles interessados na cultura japonesa.

Os autores têm como característica comum a realização de pesquisas sobre o Japão e experiências acadêmicas em instituições japonesas.

A contribuição maior deste livro é analisar o Japão contemporâneo por meio de seus aspectos pré-industriais, considerando que o presente resulta de um processo do seu passado histórico.

ISBN 85-314-0456-8



PARTE II

ECONOMIA

3. ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E CONDICIONANTES GEOPOLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO JAPONÊS

INTRODUÇÃO

O objetivo desta breve exposição é colocar o fenômeno do desenvolvimento econômico japonês num contexto amplo, histórico, geográfico e político, que possibilite identificar as razões do esforço desenvolvimentista e as suas condicionantes geopolíticas, sociais e internacionais.

A tese consiste em afirmar que o desenvolvimento econômico e social do Japão resultou de um planejamento político de longo prazo, iniciado com a unificação e pacificação do país pelos xoguns Tokugawa, se desejarmos remontar às etapas mais longínquas deste planejamento, ou com a Revolução Meiji, se quisermos tomar como ponto de partida a expressão mais recente da vontade nacional japonesa de superar o atraso do país, com relação às potências ocidentais, e dessa maneira assegurar a soberania e o bem-estar nacional ameaçados.

Nesta interpretação, o desenvolvimento econômico comparece como instrumento da modernização nacional e não como objetivo independente. Transformar o Japão num país forte e rico, capaz de ombrear com as potências mais destacadas do Ocidente, nisto consistiu o desiderato único da nação japonesa desde a Revolução Meiji, ou seja, de 1868 até o presente. As sucessivas reestruturações da economia têm sido o instrumento ideal para a consecução desta meta. As estratégias econômicas adotadas admitem como condicionante política máxima a manutenção da soberania nacional, num contexto internacional cambiante, altamente competitivo e militarmente instável.

A limitante geopolítica mais saliente do Japão resume-se no fato de o território nacional cobrir um arquipélago fracionado, basicamente, em cinco grandes ilhas e em milhares de ilhotas insignificantes, num total de apenas 377 708 quilômetros quadrados. Nos séculos passados, devido à sua posição geográfica, as ilhas do arquipélago japonês constituíam escalas naturais para pessoas e bens que da Europa ou da América se deslocassem em direção à China ou à Ásia Oriental. Bloqueando as saídas da Rússia para o Pacífico e mares do Sul, as ilhas do arquipélago japonês equivalem a cinco grandes porta-aviões estacionados diante da China, da Coreia e da Sibéria.

O Japão é antes de tudo um país vulnerável, militar e economicamente. Compensar essa vulnerabilidade constituiu, e constitui ainda, o *leitmotif* das estratégias desenvolvimentistas japonesas, cujas características principais têm sido a sua flexibilidade e uma contínua mutação, ao sabor das pressões externas, que o país tem suportado ao longo de toda sua história.

Destacando inicialmente a grande tarefa psicossocial, que coube aos xoguns Tokugawa, de pacificar a nação, restabelecer a cultura nipônica e assegurar o equilíbrio populacional do país, nos estreitos limites das suas ilhas, examinaremos, em sinopse, a evolução das estratégias econômicas do Japão, da Revolução Meiji até os nossos dias. Procurar-se-á esboçar

um quadro geral e superficial da evolução japonesa, na Era Contemporânea, com omissão de detalhes biográficos e dos referentes aos aspectos e mecanismos microeconômicos do processo de desenvolvimento.

PRIMEIRA PARTE

O ideal nacional dos xoguns Tokugawa era o de um país agrícola auto-suficiente em seu território, socialmente estratificado num contexto de perfeita paz interna, e ao abrigo de qualquer contato com o exterior. Essa concepção política, que resultou de violenta reação a cem anos de intromissão mercantilista portuguesa e de intensa repulsa à doutrinação cristã, jesuítica, no Sul do país, perdurou de 1603 a 1868, denominando-se o período Era de Edo, por referência a Edo (atual Tóquio), sede do governo xogunal. Fundamentalmente, as políticas social e cultural dos Tokugawa nos legaram um Japão racialmente unificado, por mais de dois séculos de isolamento étnico, e culturalmente reeducado nos antigos moldes das tradições budistas, confucionistas e xintoístas.

A ruptura da pax tokugawana, pela intervenção dos Estados Unidos, em 1853, e a conseqüente abertura de portos aos estrangeiros, replanteou de maneira exacerbada o velho problema geopolítico da vulnerabilidade nacional frente à superioridade técnica, militar e científica do mundo exterior. A debilidade militar dos Tokugawa veio a ser a causa detonadora de uma nova etapa na evolução do Japão, etapa decisiva, cujos ideais e objetivos perduraram sem solução de continuidade até os nossos dias.

Frente à grave necessidade que se impunha de recapacitar o país, militar e economicamente, para resistir a pressões externas crescentes, o governo Meiji, que sucedeu aos Tokugawa, adotou como instrumentos da modernização nacional a industrialização e a democratização social. O Japão deliberadamente toma modelos europeus e americanos como paradigmas da sua transformação econômica e social. A educação universal

passa a figurar com destaque na panóplia das estratégias cruciais da reconstrução nacional japonesa, o que possibilitará a introdução, em ritmo acelerado, da ciência, da tecnologia e da arte militar estrangeiras.

A eliminação dos controles populacionais e os estímulos à elevação da taxa de natalidade, com vistas à disponibilidade futura de maior força de trabalho, civil e institucional, destroem o precário equilíbrio entre população e território. A busca de novos espaços será viabilizada pelo crescente poderio econômico, demográfico e militar do país, educado nos exemplos da Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Holanda e Estados Unidos, nações estas todas presentes no Pacífico, econômica e militarmente.

Dessa forma, durante o período Meiji, o fator segurança nacional continuará a desempenhar papel fundamental na transformação do país, tendo sido a causa determinante do seu isolamento nos séculos anteriores. O governo cria toda a infra-estrutura necessária à industrialização do país e implanta as grandes indústrias, apressando-se em privatizá-las dentro de poucos anos. Criam-se assim fortes vínculos entre o setor privado e o governo, que ainda perduram.

A agricultura inicialmente carrega o ônus do financiamento dos investimentos. A exportação de manufaturados e a importação de insumos de produção e energéticos tornam-se vitais para o país. A expansão territorial em parte virá suprir estas necessidades, ao preço de crescente resistência aos esforços japoneses no âmbito internacional. Em 1918, à época da Primeira Guerra Mundial, já alcançara o império japonês o *status* de grande potência econômica e militar. Com a destruição do império alemão em consequência desse conflito, a Liga das Nações concede ao país um mandato sobre as colônias alemãs, na área do Pacífico Sul. Nessa época, o Japão já adquirira, pela via militar, a Coreia, Formosa (Taiwan) e partes da China, tendo desta forma reconstituído um modelo econômico quase autárquico, isto é, atingira um elevado grau de auto-suficiência econômica no território imperial.

A intensificação das ações japonesas na China, nas três primeiras décadas deste século, conflitando com interesses estabelecidos de americanos, ingleses, franceses e holandeses na Ásia, no Pacífico e no Sudeste Asiático, impelem o Japão à guerra. O Império ainda se expande, brevemente, em direção ao sul, pouco antes do seu colapso, pela escassez de recursos físicos para a manutenção do esforço bélico.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão inicia a etapa atual do seu desenvolvimento, dentro de um mundo bipolarizado entre americanos e soviéticos. Inserido na esfera americana, o país certamente se achou coartado na sua capacidade de decidir o próprio destino. Reduzido às suas cinco grandes ilhas, defrontou-se novamente com o problema de uma grande população confinada num território parco em recursos econômicos, até para a mera subsistência. Paradoxalmente, as estratégias econômicas do Japão, a partir do encerramento da Segunda Guerra Mundial, foram possibilitadas pela sua perfeita identificação com os Estados Unidos da América.

O ano de 1989 assinala tanto o término da Era Showa quanto o ápice da profunda transformação do Império, no pós-guerra, e registra também a reinserção plena do país na economia mundial, como uma das duas nações mais ricas do planeta. É este sucesso econômico espetacular dos japoneses, de 1945 a 1989, que tem gerado admiração em todo o mundo. Todavia, tanto nas etapas anteriores do seu desenvolvimento, quanto na fase mais recente, dos últimos cinquenta anos, o Japão teve poucas opções. Seu segredo foi saber explorá-las bem. Examinemos, brevemente, alguns fatos determinantes da evolução japonesa no pós-guerra.

Tendo os aliados decidido pela manutenção do território japonês nos limites estreitos das suas cinco grandes ilhas, sem outras perdas que as das conquistas efetuadas pelos imperadores Meiji, Taisho e Showa, coube aos americanos a tarefa de reestruturar o país economicamente e procurar reintegrá-lo à economia mundial. Os conflitos entre americanos e

comunistas na Ásia beneficiaram o Japão, permitindo a sua rápida reindustrialização.

Observe-se que o país não perdeu quadros, em escala crítica, na Segunda Guerra Mundial, ao contrário do que sucedeu na Europa no mesmo período, e além disso o núcleo básico do território nacional não chegou a ser totalmente afetado, a não ser já no final do conflito, em locais específicos. Seis milhões de japoneses, com experiência administrativa e econômica, retornaram à pátria, trazidos dos territórios ultramarinos do antigo Império. Estrangeiros residentes no Japão foram repatriados. O país perdeu território mas não recursos humanos em níveis alarmantes. Antigos planejadores do Império encontraram ocupações nas novas organizações econômicas do Japão, redemocratizado no estilo americano.

Terminada a reconstrução, o conflito coreano vai alimentar um elevado surto de crescimento no Japão, principal supridor de equipamentos para os Estados Unidos, com acesso à sua tecnologia, proteção militar e amplo mercado. Este período áureo termina com a crise do petróleo, nos anos setenta, o que determina uma ampla reestruturação da economia nipônica, visando minimizar sua sensibilidade às crises energéticas de origem externa. O país entra na fase da indústria eletrônica, na qual ainda se encontra como um dos líderes.

O Japão evoluiu com sucesso nos últimos 127 anos, de uma nação essencialmente agrária ao *status* de potência industrial de primeira grandeza. Sua população cresceu de 30 milhões, no início desta jornada, aos 122 milhões atuais. Territorialmente o país não evoluiu, a não ser no sentido do melhor aproveitamento do seu espaço físico, possibilitado pelo aumento da sua riqueza e tecnologia.

O Japão atual prepara-se para o século XXI, tendo como estratégia nacional a internacionalização e a liberalização econômica no mundo. Posições lógicas e consistentes com as condições especiais do país, com uma economia que necessita exportar e importar para subsistir. A trans-

formação profunda ocorrida no cenário geopolítico internacional, com o colapso da União Soviética, a formação da União Européia e a germinação de outras possíveis associações econômicas no continente americano e na Ásia, constitui dado novo nos contextos econômico e diplomático. A aliança americana tornou-se economicamente inconsistente e tem gerado profundas reflexões, nos dois lados do Pacífico. Talvez a idéia de um perfeito Nichibei, isto é, de um ajustado casamento entre a economia do Japão e a dos Estados Unidos, já não seja mais plausível.

O processo de internacionalização do Japão deverá, portanto, necessariamente, compreender a busca de novos parceiros e não simplesmente uma campanha abstrata em prol de maior liberalização ainda dos velhos mercados do mundo. A necessidade de manter o pleno emprego no planeta, e não simplesmente no Japão, é que constitui hoje a questão-chave da ordem internacional, com a qual os japoneses deverão conformar-se e ajustar-se. Que lição ou lições podemos colher do estudo da evolução nacional do Japão?

As lições poderiam resumir-se numa afirmação: as nações que aspiram ao desenvolvimento precisam estabelecer planos e metas governamentais e sociais de longuíssimo prazo, devem investir contínua e maciçamente na elevação da qualidade dos seus recursos humanos, contar só consigo mesmas, e aproveitar avidamente as chances que o acaso colocar ao seu alcance. O Japão reintegrou-se à economia mundial em um ambiente internacional mercantilista e suas estratégias econômicas refletem ainda aspectos do mercantilismo, cujo ideal era justamente o de fortalecer o país através de um amplo esforço comercial e industrial, amparado pelos governos. O governo sempre esteve presente no esforço desenvolvimentista japonês.

O Japão se depara atualmente com novas transformações no seu contexto econômico externo. O ambiente econômico no pós-guerra foi condicionado pelo mito da concorrência perfeita e do livre-comércio, por um lado, e pelas exigências de segurança nacional, por outro, caracterizando-

se pela bipolarização ideológica e pela oposição destrutiva entre os mundos socialista e capitalista.

No ano de 1945, a rendição do Japão assinalou para os americanos o acme do seu poderio militar, industrial e financeiro (Prestowitz Jr., 1988). No outro extremo do período, o encerramento da Era Showa, em 1989, coincidiu com a implosão da área socialista e a reintegração pacífica da Federação Russa no concerto das nações européias, confirmando-se assim a hegemonia militar americana em todo o mundo. Também assinalou a debacle industrial e orçamentária dos Estados Unidos, alcançada pelo Japão, e até mesmo superada por ele em alguns setores financeiros e industriais. A inviabilização da experiência socialista não necessita de explicações no contexto de um estudo sobre o Japão. A existência de uma esfera socialista hostil, porém, teve fundamental importância como fator condicionante do sucesso japonês, por haver proporcionado uma razão indiscutível para o fortalecimento das relações do país com os Estados Unidos da América.

Por que a concorrência perfeita e o livre-comércio, enfaticamente advogados pelos americanos, tiveram no pós-guerra efeitos tão prejudiciais à saúde econômica do seu país, mas conseqüências tão benéficas para a ascensão do Japão ao nível das economias mais ricas do mundo? Por que a Europa se estagnou, na parte final deste século, enquanto tanto o Japão quanto os seus êmulos do Leste Asiático acumularam vitórias memoráveis na marcha para o desenvolvimento? Talvez as explicações estejam no fato de um ambiente externo liberal revelar-se altamente estimulante para países não-liberais, isto é, para aqueles cujas economias e estratégias nacionais não sejam orientadas por razões e princípios de natureza puramente econômica, como nos casos típicos do Japão, Coreia do Sul, Formosa (Taiwan), Cingapura e Hong Kong.

Podemos vislumbrar, no decurso dos últimos séculos, quatro versões do modelo econômico não-liberal japonês: o mercantilismo comercial,

inaugurado pelos portugueses de 1543 a 1640; a perfeita autarquia econômica implantada pelos Tokugawa de 1640 a 1853; o modelo territorial-expansionista, um arquétipo dos modelos geopolíticos de afirmação nacional, adotado após a Restauração Meiji e que se prolongou de 1868 a 1945; e, finalmente, o modelo atual, com início após a reconstrução do país, efetivada de 1945 a 1950, caracterizado, como os demais, pelo nacionalismo econômico, mas com a limitante adicional da redução das opções do país em consequência da contração territorial e da perda do seu poderio militar.

SEGUNDA PARTE

A geopolítica constitui, tal como a economia, não uma ciência mas simplesmente uma forma de pensar, uma abordagem que se presta ao estudo e à interpretação de aspectos da evolução dos países e de suas estratégias de expansão e sobrevivência. O que distingue a geopolítica como um método de análise é o fato de se concentrar na observação dos fatores perenes, fundamentais ou básicos à existência de qualquer país: o território, a dotação de recursos, a população, o Estado e suas interações dinâmicas. Ao propor esta abordagem necessariamente eclética à formação do Japão como Estado e economia modernos, temos em vista relativizar a importância do fator econômico, enfatizando o papel crucial de outros elementos causais no desenvolvimento deste país. Evidenciam-se assim os condicionamentos físicos, históricos sociais e políticos, que forjaram o insuperável egocentrismo e a inquebrantável decisão política de desenvolver-se demonstrados pelo povo japonês nos últimos séculos da sua história milenar. O estudo dos esforços e vicissitudes de outras nações na busca do desenvolvimento contribui para aprofundar a compreensão das peculiaridades do nosso caso específico, bem como possibilita a avaliação das diretrizes do esforço nacional nesse processo.

Por desenvolvimento entenderemos não meramente o desenvolvimento econômico (que no caso japonês deve ser visualizado como uma estratégia para a consecução de fins nacionais), mas também, conjuntamente, a expansão territorial, o melhor uso do espaço disponível, o crescimento populacional planejado, com seus corolários, o aprofundamento e alargamento cultural, científico, técnico e tecnológico, a rigidez moral e física do povo, o bem-estar social, que inclui e decorre da mobilidade social, da convivência harmoniosa das massas com suas elites, da contínua renovação destas e da permanência de um pensamento estratégico nacional coerente.

O Japão se impõe hoje como objeto necessário de reflexões por seu espetacular sucesso econômico, nos últimos cinquenta anos, por sua presença crescente nos organismos internacionais, tanto políticos quanto financeiros, pela aparente simplicidade do seu modelo econômico, bem como pelo papel destacado que continuará a desempenhar em uma economia mundial ainda mais globalizada, isto é, com um grau aumentado de interdependência econômica e financeira.

A impressão generalizada de que o modelo japonês foi totalmente gerado no último meio século sob a égide dos Estados Unidos, e constitui uma prova insofismável das virtudes do sistema econômico de mercado e da abertura comercial, é falsa. A esperança de que o Japão, tendo superado as agruras do subdesenvolvimento, seria um líder alternativo para o mundo em desenvolvimento também se revelou, infelizmente, vazia e sem fundamento. A idéia de que a perspicácia diplomática japonesa equiparar-se-ia ao seu sucesso econômico mais uma vez não se sustenta. Recentemente, por exemplo, em livro de circulação internacional, Kenichi Ohmae, renomado estrategista empresarial japonês, sugeriu que o Japão poderia auxiliar países latino-americanos endividados, tais como o Brasil, comprando-lhes os territórios. Assim como os Estados Unidos compraram o Alasca da Rússia e a Louisiana da França... (Ohmae, 1988, p.

23). Outro exemplo da inadequação da diplomacia nipônica pode ser constatado na demora em restabelecer um perfeito entendimento com o vizinho russo, após a dissolução da União Soviética.

À sua revelia, o Japão que renasceu das cinzas da Segunda Guerra Mundial desempenhou já, desde a década de 1960, um importante papel no redelineamento da economia mundial, tal qual a podemos vislumbrar hoje, tanto em consequência das reações da Europa ao seu sucesso, quanto pelo efeito-demonstração que exerceu sobre as economias emergentes do Leste Asiático. A implosão das economias socialistas a partir de 1989, afastando a ameaça soviética, real ou suposta, não trouxe ainda para o Japão os benefícios da ampliação possível de seu espaço econômico, devido às suas antipatias históricas para com os russos, mas já privou o país da sua categoria de aliado indispensável dos Estados Unidos, na Ásia. As dificuldades que o país enfrenta no início desta nova fase da sua evolução, e que se estenderão pelo novo século que se avizinha, tornam ainda mais interessantes os estudos do seu desenvolvimento, porque por eles se podem divisar as constantes da estratégia japonesa na superação de crises e elucidação de dilemas.

Nosso objetivo agora será o de detalhar o desenvolvimento histórico da nação japonesa e sua evolução econômica, bem como evidenciar as formas sucessivas da inserção do país na economia mundial, desde o primeiro contato com o Ocidente, através dos portugueses, em 1543, até este final de século (Yanaga, 1949, cap. 1). Enumeraremos as grandes fases da história nipônica, indicando os aspectos que contribuíram para a formação do perfil do Japão atual: o século português, o período Tokugawa, a Era Meiji e a Era Showa.

O século português, 1543-1640, caracterizou-se pela presença lusitana no Sul do país, especialmente em Kyushu, tendo o porto de Nagasaki como base das operações do comércio triangular dos lusitanos no Leste Asiático, entre Japão, Macau e China (Boxer, 1986). Trata-se de uma fase

crucial no desenvolvimento cultural e tecnológico japonês, por representar o primeiro contato prolongado com o Ocidente. O português introduz as armas de fogo, a cartografia e as suas técnicas de construção naval e navegação de longo curso. O choque cultural vem da parte do cristianismo que se alastra pelo sul do país ameaçando as estruturas sociais, religiosas e políticas tradicionais, num período histórico pontilhado por conflitos regionais internos, com evidentes sinais de desagregação nacional. Em 1580, por exemplo, o daimio cristão Omura Sumitada doa a cidade de Nagasaki e territórios circunvizinhos aos jesuítas portugueses...

A pacificação e a unificação do país ocorrem no final desse período, pela ação dos fundadores do Japão moderno, Oda Nobunaga, 1534-1582, Toyotomi Hideyoshi, 1536-1598, e Tokugawa Ieyasu, 1543-1616, culminando com a expulsão de espanhóis e portugueses em 1639, com a aniquilação do cristianismo e o fechamento do país aos estrangeiros.

O período Tokugawa, 1600-1867, coincide com a era de isolamento do país, sob o governo militar e administrativo da família Tokugawa. Esta fase, também referida como a Era do xogunato constitui, do ponto de vista psicossocial, um dos períodos mais importantes na geração de certas características peculiares ao povo japonês, tais como a busca da auto-suficiência econômica, a ojeriza ao estrangeiro, a hierarquização das relações sociais, o culto da educação e a cooperação social. Os Tokugawa promoveram uma grande limpeza étnica, expulsando estrangeiros, exilando mestiços e promovendo a volta de todos os japoneses dispersos pela Ásia, dentro de um prazo relativamente curto. O país fecha-se assim econômica e culturalmente ao exterior. As tradições históricas do velho Japão, o budismo, o confucionismo e o xintoísmo passam a constituir os pilares da estrutura moral, política e religiosa do país.

Cessa o comércio internacional, estratifica-se a sociedade numa rígida estrutura de classes sociais com papéis bem determinados. A agricultura passa a ser a base da economia nacional e o volume da produção

de arroz em cada feudo determina doravante o *status* social e político dos seus detentores, os novos daimios, senhores feudais, agora demissíveis *ad nutum* pelo xogum. O país conhece 250 anos de paz e de isolamento cultural, científico e tecnológico, quebrado apenas por leve presença holandesa em Nagasaki.

Rígidos mecanismos de controle social estabilizam a população em 30 milhões de pessoas, aproximadamente, ao longo de todo o período. O Japão torna-se racialmente unificado, e economicamente auto-suficiente. A esta época de reengenharia social, segue-se a abertura comercial forçada pelos americanos, e a Era Meiji, época esta verdadeiramente revolucionária e inspiradora, que se inicia com a renúncia do xogum Tokugawa Yoshinobu, em 1867, e a conseqüente restauração do imperador Meiji.

Ao se reabrir ao mundo, pela pressão das armas do comodoro Perry, em 1853, entra o Japão na fase dos tratados de comércio, aliança e amizade, com cláusulas de residência e extraterritorialidade para estrangeiros. O Japão, longínquo arquipélago nos confins da Ásia, entrara em contato com o Ocidente pela primeira vez no auge do mercantilismo comercial, português e espanhol, nos séculos XVI e XVII, contemporaneamente ao descobrimento e colonização do Brasil. Às pressões culturais, econômicas, religiosas e militares do Ocidente, reagira retirando-se do convívio internacional por 250 anos. A reinserção do país na economia mundial vem a ocorrer na época do imperialismo, ocupado nesta altura no desmantelamento da China e na espoliação do que restava dos impérios lusitano e espanhol na Ásia, África e América. Nesse instante, ainda era o país politicamente feudal e economicamente atrasado (Beasley, 1987, p. 24).

Com a abertura dos portos, primeiramente para os Estados Unidos e, logo em seguida, para as demais nações imperialistas, Inglaterra, Holanda, Rússia, França e Alemanha, o Japão torna-se virtualmente uma colônia dos países ocidentais, entreposto e escala necessária na rota para a China. A peça jurídica que estabelecia o imperialismo informal sobre o

Japão era a mesma aplicada à China e que tivera sua inauguração no Brasil em 1808 com o célebre Tratado de Comércio, Aliança e Amizade entre o Reino de Portugal e o da Grã-Bretanha. Na literatura inglesa esse tipo de tratado é referido como o Port Treaty System.

A Era Meiji, 1867-1912. A Restauração Meiji, iniciada em 1867, apeou do governo o xogum e restabeleceu o poder imperial na pessoa do imperador Meiji, a partir de 1868. Foi promovida por samurais intelectuais educados no exterior pelo regime Tokugawa. Teve como objetivo precípua restaurar a dignidade nacional, atingida pela inclusão do país no Port Treaty System, que o convertera em colônia informal das nações imperialistas ocidentais.

Os instrumentos vislumbrados para atingir este objetivo foram o desenvolvimento econômico e a criação de estabelecimentos militares capazes de competir com o poderio ocidental. O desenvolvimento econômico implicava a introdução de indústrias e tecnologia do exterior. O crescimento militar necessitava de uma população crescente. Na esfera externa os objetivos máximos passaram a ser a revogação dos tratados desiguais do imperialismo informal e ações tendentes a assegurar para os japoneses, em outros países, os mesmos direitos e privilégios usufruídos pelos ocidentais no Japão. O acesso à China neste contexto apresenta-se como lógico e factível a longo prazo.

O crescimento populacional e a educação tornam-se instrumentos essenciais da política modernizadora Meiji. O Japão contrata engenheiros, técnicos e professores no exterior, ao mesmo tempo em que envia estudantes para os Estados Unidos e para os grandes países da Europa. Realizam-se enormes progressos na área social, abolem-se as classes e os controles populacionais.

O país se moderniza e se arma com rapidez. O governo Meiji adota um modelo econômico essencialmente mercantilista, em consonância com o ambiente internacional agressivo da época. Trata-se de um esfor-

ço de construção nacional semelhante ao dos países ocidentais na Era Moderna.

Em 1895, o Japão impõe-se militarmente à China e, em 1904, derrota a Rússia, iniciando assim a sua fase imperialista, que perdurará até 1945. A expansão territorial torna-se consequência do crescimento populacional e da busca de recursos. O excedente populacional japonês não encontra boa guarida nos Estados Unidos, enquanto os produtos japoneses e os fornecimentos de matérias-primas vão sendo boicotados, na medida em que o crescimento econômico do país começa a ameaçar os interesses ocidentais já estabelecidos (Ichioka, 1988).

Entretanto, as conquistas territoriais do Japão no período Meiji foram aceitas e sancionadas pelas potências ocidentais. Geograficamente, o país se estendia de Okinawa até as ilhas Curilas e incluía a parte meridional da ilha Sacalina. A ilha de Formosa (Taiwan), parte integrante do Japão de 1895 até 1945, e a península da Coreia, conquistada em 1910, foram incluídas no planejamento econômico do governo Meiji e desenvolvidas como as demais partes do país, não tendo sido colônias no estilo ocidental, mas extensões do território nacional.

O imperador Meiji morre em 1912, sendo sucedido pelo imperador Taisho, 1912-1926, que, durante seu curto reinado, dá continuidade aos ideais da revolução, prosseguindo com o desenvolvimento e a expansão territorial do país. Este período se encerra em 1926, tendo início a Era Showa, que chega ao seu término com a morte deste imperador em 1989.

O Japão na Era Showa, 1926-1989. O reinado do imperador Showa, com duração de sessenta e três anos, compreende dois períodos bem distintos, separados pelos eventos da Segunda Guerra Mundial. O primeiro período da Era Showa coincide com a fase mais aguda do expansionismo japonês na Ásia e termina com a derrota na guerra e a consequente perda dos territórios ultramarinos. Contrariamente a planos e expectativas de aliados dos Estados Unidos na guerra, o Japão conservou as suas quatro

ilhas ancestrais, Hokkaido, Honshu, Kyushu e Shikoku, bem como o arquipélago de Okinawa, no extremo sul. Continuam ainda hoje ocupadas por russos cinco pequenas ilhas a nordeste de Hokkaido, na parte sul do arquipélago das Curilas, conhecidas pelos japoneses como o Território do Norte, único empecilho para o restabelecimento de perfeitas relações com a Rússia pós-soviética. No extremo sul continuam ocupadas por bases americanas ilhas do arquipélago de Okinawa, sob protestos dos moradores e da administração regional.

O Japão na era da reconstrução e do milagre econômico. A segunda parte da Era Showa, de 1945 até nossos dias, mais precisamente até 1989, assistiu à reconstrução do Japão e ao apogeu do seu sucesso econômico. Nesta fase o país alcançou as nações ocidentais em termos de desenvolvimento. O que caracteriza este período é a identificação do sucesso econômico com o objetivo nacional máximo, a ser viabilizado pela inserção ampla do país na economia mundial. Observa-se assim o abandono do estabelecimento militar e do expansionismo territorial como instrumentos da construção econômica nacional e sua substituição pelo desenvolvimento econômico de modelo exportador, único viável para um país superpovoado e com território exíguo, desprovido de todos os recursos minerais necessários a uma grande potência industrial. Nestes rápidos cinquenta anos que nos separam da Segunda Guerra Mundial, a economia japonesa conheceu diversas fases, podendo cada uma delas considerar-se como uma revolução, tão grandes foram as suas reestruturações e as transfigurações tecnológicas do período (Nakamura, 1985).

Considerando que o território japonês, além da exigüidade de suas áreas habitáveis (80% do território não permite utilização, por ser excessivamente montanhoso), também se apresenta destituído de recursos econômicos, numa proporção incompatível com a existência de uma grande economia, devemos procurar as raízes do sucesso do Japão, no pós-guerra, nas qualidades do seu povo e na ação infatigável do Estado. As quali-

dades da população japonesa, naqueles aspectos que a diferenciam dos demais povos, foram forjadas por séculos de coerção política, disciplina social e frugalidade. É evidente a disciplina militar no comportamento desse povo. É visível a herança militar na administração do pessoal, nas fábricas e organizações, na necessidade de definir *status*, no reconhecimento de hierarquias e no espírito de corpo, isto é, no grupismo que caracteriza os japoneses.

Contudo, o aspecto mais interessante a estudar-se na busca de explicações para o fenômeno japonês talvez seja o papel do Estado. O Estado japonês desempenhou ativo papel no direcionamento da nação e da economia, desde a ascensão dos Tokugawa, com seu modelo agrário auto-suficiente, passando pelo período altamente transformador da Revolução Meiji, com o seu projeto imperialista e expansionista, até o período atual, quando o papel fundamental do Estado fica patenteado nas estruturas de planejamento indicativo, capitaneadas pelos ministérios da Educação (Monbusho), Indústria e Comércio (MITI) e Finanças (MOF). São estas e outras instituições que asseguram a viabilidade e a permanência do pensamento estratégico nacional japonês (Johnson, 1982).

Nesta época, em que todos os países procuram redefinir o papel do Estado na economia nacional, o modelo japonês se impõe como o de um Estado que pensa a economia nacional e os caminhos da nação. Trata-se de um Estado com memória, personificado em pessoas do mais elevado gabarito intelectual, selecionadas todos os anos dentre os alunos mais brilhantes das melhores universidades. Diversas gerações de funcionários convivem em cada repartição e a capacitação profissional dos jovens inicia-se, a bem dizer, após o período universitário, no trabalho vitalício, sob as vistas de funcionários hierarquicamente superiores. A excelência da burocracia vitalícia japonesa constitui um dos segredos do sucesso econômico nacional, desde a Era Meiji.

CONCLUSÃO

Para concluir queremos reenumerar algumas teses para eventual discussão. O papel relevante do Estado japonês no planejamento da economia tem levado alguns autores a caracterizar o modelo econômico do Japão atual como neomercantilista (Nester, 1990,1991). O desenvolvimento econômico desse país, observados o seu percurso, causas e extensão deve ser reconhecido como um fenômeno essencialmente geopolítico e estratégico. O desenvolvimento econômico do pós-guerra não foi um milagre. Representa antes o prolongamento, ou a retomada de um processo já vitorioso, iniciado penosamente com a Revolução Meiji, a partir de 1868. O sucesso do pós-guerra teve como componente essencial a aliança americana, decorrente de vicissitudes associadas ao fenômeno da Guerra Fria. O fim desta certamente alterará as relações com os Estados Unidos, até possivelmente um ponto de ruptura, devido às tensões comerciais e às pressões inconsideradas e prepósteras para que o Japão abra a sua economia. À luz da história, fechar ou abrir o mercado interno não constitui para o Japão mera opção econômica, mas sim uma decisão estratégica grave, que afeta não só o emprego mas também a segurança nacional e a estabilidade política. Por tudo isso, os japoneses nos proporcionam um notável exemplo de planejamento global de longo prazo (geopolítico, econômico, social e cultural) bem-sucedido, um modelo distinto merecedor da maior consideração.

DARCY CARVALHO

*Departamento de Economia da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEASLEY, W. G. (1990). *The Rise of Modern Japan*. London and Nicolson.
- _____. (1987). *Japanese Imperialism 1894-1945*. Oxford, Clarendon Press.
- BOXER, C. R. (1986). *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan*. Hampshire, Variorum Gower Publishing Group.
- HOLLERMAN, Leon (1988). *Japan's Economic Strategy in Brazil. Challenge for the United States*. Lexington, Massachusetts, DC, Heath and Company.
- ICHIOKA, Yuji (1988). *The Issei: The World of the First Generation Japanese Immigrants, 1885-1924*. New York, The Free Press.
- JOHNSON, Chalmers (1982). *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Palo Alto, Stanford University Press.
- KODANSHA (1983). *Kodansha Encyclopedia of Japan*. Tokyo.
- NESTER, William R. (1990). *The Foundations of Japanese Power: Continuities, Changes, Challenges*. Armark, New York, M. E. Sharpe Inc.
- _____. (1991). *Japanese Industrial Targeting: The Neo-mercantilist Path to Economic Superpower*. London, Macmillan Academic and Professional Ltd.
- NAKAMURA, Takafusa (1985). *Economic Development of Modern Japan*. Tokyo, Ministry of Foreign Affairs.
- OHMAE, Kenichi (1987). *Beyond National Borders: Reflections on Japan and the World*. Tokyo, Kodansha International Ltd.
- YANAGA, Chitoshi (1949). *Japan since Perry*. New York, McGraw-Hill Book Company Inc.

Resultado do Seminário Comemorativo do Centenário do Tratado de Amizade Brasil-Japão, realizado em 1995, *A Cultura Japonesa Pré-industrial: Aspectos Socioeconômicos* contém trabalhos de pesquisadores japoneses e brasileiros os quais abordam a cultura japonesa sob o prisma de sua especialidade: antropologia, economia, agronomia e engenharia.

Esta obra é dividida em três partes: antropologia, economia e tecnologia, e em cada um deles diferentes autores analisam temas específicos.

A primeira parte, Antropologia, traz dois textos de estudiosos japoneses: o primeiro aborda pesquisas de campo no Brasil e no Japão, relacionando-as com a evolução da sociedade; o segundo descreve a atividade em uma comunidade rural durante o inverno na região noroeste do Japão.

Os textos das outras partes são de pesquisadores de instituições brasileiras.

A segunda parte, Economia, consiste de artigos cujos autores analisam, respectivamente, o desenvolvimento econômi-

co, o comércio externo, e a eficiência econômica de empresas do Japão.

A terceira parte, Tecnologia, engloba artigos que analisam o progresso técnico com sistema de valores e educação, a genética como melhoria da qualidade da produção rizícola, e a tecnologia e a eficácia de instrumentos utilizados no período pré-industrial do Japão.

• • •

Organizada pela Prof^a. Dr^a. Nobue Myazaki, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, doutora pela University of Tokyo, com experiência na coordenação de estudos e eventos sobre o Japão e sobre etnologia brasileira, e pelo Dr. Tuyoci Ohara, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e Presidente da Comissão Permanente São Paulo-Osaka.

Capa: Ricardo Assis, sobre foto de Ana D. Tachibana, *Tageta* (tamancos usados em arrozais).